



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 12, n. 44, jan./mar. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)
Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Daniel Amorim Assumpção Neves
- ◆ Liberdade econômica e sanções administrativas nas reorganizações societárias
Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Henrique Bastos Rocha
- ◆ Administração Pública como instrumento de garantia dos direitos fundamentais
Daniely Henschel, Adilson Josemar Puhl
- ◆ Licitação e contratação de serviços de publicidade – Reflexões sobre a Lei nº 12.232/2010 em face do direito das licitações e alguns aspectos práticos
Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer
- ◆ Controle de Constitucionalidade na Constituição da República de 1934 – Revisitando a origem do quórum qualificado e da atuação do Senado Federal no modelo concreto-difuso de *judicial review*
Marianna Montebello Willemann
- ◆ A intervenção estadual no município por descumprimento de ordem ou decisão judicial
Telma Oliveira Queiroz
- ◆ Efeito vinculante – Pressupostos para a sua compreensão e aplicação
Renato Rodrigues Gomes
- ◆ Análise dos pareceres jurídicos sob a perspectiva dos elementos do ato administrativo
Ricardo Quartim de Moraes
- ◆ Ainda sobre legalidade tributária – Um exame das funções eficaciais como instrumento do controle do poder de tributar
Éderson Garin Porto
- ◆ Contratação pública patrocinada por organismo multilateral de crédito – Aplicabilidade da norma internacional frente à nacional
Renato Costa

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Administrativo – Acórdão do Tribunal de Contas da União – Conselho de fiscalização profissional – Natureza jurídica – Autarquia federal – Exigência de concurso público – Observância do art. 37, II, da Constituição Federal – Fiscalização – Atividade típica do estado – Princípio da proteção da confiança legítima

◆ Supremo Tribunal Federal

Tributário – Caráter supostamente confiscatório da multa tributária cominada em lei – Violação ao preceito inscrito no art. 150, inciso IV, da Constituição Federal – Cláusula vedatória que traduz limitação material ao exercício da competência tributária e que também se estende às multas de natureza fiscal – *Quantum* da multa tributária que ultrapassa, no caso, o valor do débito principal – Efeito confiscatório configurado

◆ Supremo Tribunal Federal

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – Demissão imotivada de sua empregada – Impossibilidade – Necessidade de motivação da dispensa